Os determinantes que invisibilizam a violência contra a mulher no contexto da prostituição

Maria Ilidiana Diniz[1] (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Prostituição; Violência contra a mulher; Patriarcado
ST 11 Exclusão Social, Poder e Violência

1 Introdução

O artigo que ora apresentamos, aponta para algumas questões que permeiam o cotidiano da prostituição feminina[2], essa problemática multifacetada, perpassada por controvérsias que historicamente associam tal prática à perversão, promiscuidade, "seu corpo é dos errantes"[3], etc.

A percepção da sociedade acerca das prostitutas é construída a partir da condição de transgressoras das regras e normas vigentes na sociedade. A construção de sua identidade e dos mecanismos de discriminação[4] e preconceitos[5] em relação às práticas prostitucionais, são reforçados por sucessivos fatos históricos atribuídos as prostitutas, a exemplo das disseminações de doenças, como a sífilis e a tuberculose. Neste sentido, a condenação das mulheres que se prostituem as atribuições que lhes são dispensadas "devassas", "safadas", de "vida fácil", são introjetadas no imaginário social e materializado sob a forma de estigma[6] legitimado pela desigualdade de gênero presente na nossa sociedade.

A degradação da moral atribuída às prostitutas, por suas práticas, vem ressaltar uma espécie de "sexualidade criminosa", marca que cotidianamente fortalece a marginalização desse segmento, validada pela sociedade e materializada no domínio dos homens sobre essas mulheres, expressas na apropriação dos corpos, para atender às suas necessidades sexuais. Delphy[7] citada por Swain, aponta que "a prostituição é um agenciamento social onde a classe dos homens, se apropria e usa a classe das mulheres" (2004, p.24).

É importante destacar que entendemos a prática prostitucional como resultante das relações hierárquicas de poder, estabelecida na sociedade patriarcal[8], bem como, mais uma das formas de violência contra a mulher banalizada sob a justificativa de que tais brutalidades são inerentes a tal prática.

A prostituição feminina constitui-se como uma das "profissões" mais antiga do mundo. Segundo alguns (as) historiadores (as), "contemporânea à própria civilização". Contudo, referenciando-a desse modo podemos estar sistematicamente esvaziando-a dos aspectos de violência que a constituem. As marcas que perseguem esse fenômeno social, os valores que lhe são atribuídos, retratam a opressão e violência a que está submetida tal segmento social. Dentre outros aspectos, por infringirem os padrões exigidos de "moralidade sexual" para a sociedade, pois

prevalece a percepção da prostituição enquanto um "mal" que deve ser mantido sob vigilância para não colocar em perigo a sociedade que a condena e ao mesmo tempo a estimula principalmente o gênero masculino.

"Ela é feita para apanhar, ela é boa para cuspir". A banalização da violência contra a mulher em contexto de prostituição

Esse conjunto de imagens em torno das mulheres que se prostituem além de discriminá-las socialmente tem favorecido e reforçado diversas manifestações de violência, sobretudo para as que desenvolvem suas atividades nas ruas, expostas às múltiplas vulnerabilidades e a vários tipos de ações violentas, tanto por parte dos clientes, quanto pela polícia. No que se refere à violência policial alguns relatos a nós apresentados, retratam as ações arbitrarias praticadas por policiais contra as prostitutas. Segundo elas[9], freqüentemente estes fazem "batidas", pedem para revistar suas bolsas e certificando-se da existência de algum dinheiro, levam-nas até a viatura onde um segundo policial os espera. Esse as revista novamente, e simula ter encontrado drogas, principalmente maconha, que supostamente já trazem entre os dedos. Para relaxarem o suposto flagrante do porte de drogas, ficam com o dinheiro encontrado, vale ressaltar que as prostitutas que relataram tal prática, atribuem-na principalmente a alguns policiais da polícia civil de Natal, visto que, com a polícia militar a relação tem sido mais amistosa.

Referente à violência praticada pelos "maus" clientes, o chexo[10], a inclusão de mais de um homem no programa, a exigência de práticas sexuais que não haviam sido pré-estabelecidas, os xingamentos e ameaças, são, por elas identificados, como as principais dificuldades na prática cotidiana da prostituição.

Face ao exposto, alguns "mandamentos" são adotados como estratégias para a sobrevivência nas ruas, em relação à polícia, sempre que possível anotar o número da viatura que as abordou, bem como o nome do policial escrito na farda. Em relação aos clientes, buscar reconhecer as marcas dos carros; procurar está sempre acompanhada de uma outra prostituta; antes de entrar no carro pedir para ela anotar a placa; nunca aceitar fazer programa com mais de um homem ou casal sem que os conheça; evitar o excesso de bebidas alcoólicas ou o uso de droga, visto que, isso diminui a capacidade de reação diante de possíveis agressões, ou outros tipos de violências.

Além desses tipos de violência serem bastante recorrentes na vida das prostitutas, outras formas também se expressam de modo a ferir não só a integridade física, como também a psicológica e social, visto que, esse segmento é cotidianamente estigmatizado, tendo sido historicamente alvo de preconceito e discriminação por parte da sociedade que as vê como uma eterna ameaça à estrutura da família nuclear patriarcal.

O patriarcado como um dos eixos estruturadores nas relações prostitucionais

A expressão patriarcado foi rapidamente adotada pelo conjunto dos movimentos feministas dos anos 1970 como o termo utilizado para designar um sistema a combater. Pela relação de seus quase sinônimos, "dominação masculina" e "opressão das mulheres", este apresenta duas características: de uma parte, designa, para aqueles (las) que o utilizam, um sistema, e não relações individuais ou um estado de espírito; e de uma outra parte, as feministas opuseram, "patriarcado" à "capitalismo": o primeiro difere-se do segundo e um não é reduzível ao outro.

Vale destacar que esta distinção foi de grande importância política no momento de emergência do feminismo, feminismo este que acreditava que a subordinação das mulheres era uma das conseqüências do capitalismo.

É importante destacar que numa sociedade onde predomina a lógica patriarcal em que a mulher é historicamente subordinada ao homem, a prostituição, expressa na mercantilização do corpo, se constituem um evidente expoente dessa dominação, onde o homem impõe o seu desejo em troca de dinheiro, ou seja, o poder econômico permite o acesso aos corpos das prostitutas.

É pertinente dizer que o patriarcado é um dos eixos explicativos para as desigualdades entre homens e mulheres. Entretanto, não se constitui como o único princípio estruturador, existe outros determinantes como contradições que complexificam as relações sociais, dentre eles podemos destacar a classe e a raça/etnia que subsidiam a compreensão da opressão/dominação das mulheres em nossa sociedade.

Tal sistema se expressa na forma de poder arraigado fundamentalmente nas relações sociais de gênero, metamorfoseando-se nas mais diferentes formas de dominação/ exploração das mulheres.

Entretanto, a utilização do conceito de patriarcado como categoria de análise, tem sido alvo de questionamentos por alguns (as) teóricos (as) do feminismo, que compreendem sua utilidade somente do ponto de vista da mobilização política, afora isso, tal conceito estaria no cerne dos problemas referidos a apreensão da historicidade da condição feminina. "O conceito foi importante na medida em que distinguia forças especificas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser inevitável, era a naturalização de um fenômeno contingente e histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim" (PISCITELLI, 2002, p.15).

A idéia recorrente que ampara aquelas que defendem esse posicionamento é que o movimento feminista utilizou-se do conceito de patriarcado para compreender a origem da opressão das mulheres, e que na contemporaneidade há uma necessidade de atualização desse conceito, por intermédio de instrumentos conceituais mais apropriados que se dissocie das antigas

sociedades, em que a dominação era exercida por homens. Admitem ainda que a utilização desse termo seja descontextualizada da sua totalidade e encobre a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação.

A crítica se dá na perspectiva de que tal conceito foi estendendo-se no discurso político e na reflexão acadêmica, sem, contudo, trabalhar os aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. (PISCITELLI, 2002).

Nessa perspectiva Piscitelli (2002) aponta que: "Com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência. Assim, o conceito colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres" (p.15).

Em sua defesa do conceito de patriarcado, Saffioti (2004) acrescenta que não nomear a dominação masculina sobre as mulheres, contribui para reforçar a invisibilidade da ideologia patriarcal que torna natural a dominação-exploração. Desse modo a autora em destaque argumenta acerca da necessidade de reafirmação do conceito de patriarcado, e abandoná-lo segundo ela,

> [...] representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais de análise política. [...] grande parte da confusão surge porque 'patriarcado' ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado. Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (SAFFIOTI,2004, p.55).

Desmistificando as nuanças que permeiam esse conceito na sociedade moderna, a autora traz reflexões que reafirmam a necessidade de manter o conceito de patriarcado para o regime atual das relações homem-mulher, homem-homem, mulher-mulher.

Nesse sentido cabe a indagação: porque se manter o nome patriarcado? Saffioti (2004) adianta que não se trata de uma relação privada, mas civil; dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Portanto, fundamentada nesses argumentos, fica patente os rebatimentos feitos por Saffioti em relação às críticas das teóricas feministas que infligem um caráter trans-histórico e trans-cultural ao sistema patriarcal. De modo contundente Saffioti enfatiza que:

> [...] tão somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum (a) estudioso (a) sério (a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga ao que vige nas sociedades urbano-industriais do Ocidente. Mesmo tomando só o momento atual, o poder de fogo do patriarcado vigente entre os povos africanos e/ou muçulmanos é extremamente grande no que tange à subordinação das mulheres aos homens (2004,p. 101).

Refutando ainda a perspectiva de superação do sistema patriarcal, Camurça (2007), aponta para a emergência dos mecanismos que dão sustentabilidade ao sistema de dominação, e através dos quais ele está sistematicamente reinventando-se, reproduzindo-se e perdurando-se. A referida autora considera quatro mecanismos principais: 1. A prática da violência contra a mulher para subjugá-las, 2. O controle sobre o corpo, a sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres, 3. A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e 4. A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdição à participação políticas das mulheres.

O primeiro deles a violência contra a mulher, compreendida como uma das práticas mais antigas e usuais da dominação patriarcal. A violência é uma ameaça constante na vida de milhares e mulheres independente de cor, raça/etnia, classe, geração e orientação sexual. A autora acrescenta ainda que a violência se dá quando as mulheres ousam contrariar o padrão de comportamento feminino delas esperado." Sendo, portanto, recorrente, tanto nos espaços públicos, quanto nos privados (CAMURÇA,2007).

O segundo mecanismo diz respeito ao domínio sobre o corpo das mulheres, expresso fundamentalmente na repressão sexual, limitando sua autodeterminação reprodutiva, na criminalização do aborto, na expropriação mercantil do corpo e imagem da mulher pelo mercado.

O terceiro mecanismo se fundamenta na manutenção da dependência econômica das mulheres, instituído na organização social do mundo do trabalho e expresso no sexismo do mercado de trabalho e a imposição do trabalho doméstico como atribuição privativa das mulheres.

Por último, a autora aponta para o problema da não participação das mulheres nos espaços de poder. Ainda é desproporcional à participação político-institucional das mulheres nesses espaços, como partidos políticos[11] e sindicatos, bem como nas direções de movimentos sociais.

Destarte, estes quatro mecanismos são, a nosso ver, estruturantes da dominação patriarcal, contribuindo, sobretudo por trazer a reflexão dos elementos imprescindíveis para assegurar a reinvenção do patriarcado como base estruturante de dominação e exploração que na atualidade encontra assento nas desigualdades de gênero, classe, raça/etnia, na prostituição feminina, dentre outras formas de opressão das mulheres.

Considerações Finais

Mediante o exposto podemos perceber que a relação entre prostituição e violência contra a mulher é mais evidente do que se pode imaginar, apesar desta não está enquadrada nos moldes que particulariza e a caracteriza como violência doméstico-conjugal, que é marcada principalmente por ocorrer no espaço privado e ser praticada por pessoas as quais as vítimas mantêm ou manteve laços de afetividade (maridos, companheiros, noivos, namorados ou pelos ex). Há, contudo, na sua essência uma intrínseca relação, que acreditamos ser fundamentada na dominação masculina sobre as mulheres na sociedade patriarcal. "A prostituição, ou seja, a venda de corpos, forçada ou não, é talvez a maior violência social cometida contra as mulheres. Esta violência é agudizada por sua total banalização [...]" (SWAIN, 2004, p.24).

O Estado longe de evitar a violência contra a mulher prostituta, a promove, principalmente quando deixa de investigar crimes e punir os agressores e assassinos, corroborando para a intensificação de atrocidades cometidas contra esse segmento. Nas delegacias da mulher em Natal, por exemplo, quase não há registros de denúncias feitas pelas prostitutas acerca das violências sofridas, isso não quer dizer que elas não existam, pelo contrário muitas são espancadas, queimadas, estupradas, ameaçadas sem que recorram às delegacias, e quando o fizeram, o tratamento dispensado só veio a confirmar a idéia generalizada na sociedade de que "*puta*" é para apanhar mesmo[12].

Nesse sentido, acreditamos que a prostituição feminina, tem se constituído ao longo da história, como mais uma das formas de dominação/exploração a que estão cotidianamente expostas milhares de mulheres, expressando a supremacia masculina por intermédio da compra do corpo, ou das horas de prazer sexual proposta no ato prostitucional. Portanto, essa prática em que se troca sexo por dinheiro, numa relação mercantil, em que a moeda de troca é a venda do prazer sexual, se configura como um espaço propício à opressão das mulheres.

---

[1] Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

[2]Essa abordagem é resultado de estudos e pesquisas que fundamentam a elaboração da nossa dissertação de mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o qual busca analisar como as condições da atividade prostitucional em Natal-RN, potencializam as expressões de violência contra a mulher no cotidiano das prostitutas vinculadas a Associação das Profissionais do Sexo do Rio Grande do Norte-ASPRORN.

[3] Trecho da música "Geni e o Zepelin", de autoria Chico Buarque de Holanda (1977-1978).

[4] Entendida como "o ato de distinguir ou restringir que tem como efeito a anulação ou limitação do reconhecimento de direitos fundamentais no campo político, econômico, social, ou em qualquer outro domínio da vida. É uma ação deliberada para excluir segmentos sociais do exercício de direitos humanos. É segregar, pôr à margem, pôr de lado, isolar. Pode ser entendido também como desconsideração e desrespeito" (TELES E MELO, 2002, p.28).

[5] Os preconceitos têm sua sustentação em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo. Numa palavra, na naturalização dos processos sociais (MESQUITA, RAMOS, SANTOS, 2001, p. 06).

[6]De acordo com Erving Goffman, a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo (1988, p.13).

[7],Christine Delphy. L´ennemi principal. vol 1. Paris: Ed. Syllepse, 1998.

[8] Patriarcado compreendido segundo Hartmann como: [...] conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres (1979, p.232).
[9] Essas informações foram colhidas em conversas informais e observação sistemática com prostitutas associadas a ASPRORN.
[10] Denomina-se chexo o não pagamento do programa.
[11] Em 2006, a participação feminina na política pelo sistema de cotas cresceu de 6,6% para 8,8%. Mas esse aumento não é suficiente para a efetiva igualdade de gênero na política e na sociedade. (ABONG, 2008).
[12]Essas informações foram colhidas em conversas informais com prostitutas no I Seminário das Profissionais do Sexo de Parnamirim-RN.

Referências Bibliográficas

CAMURÇA, Sílvia. 'Nós Mulheres' e nossa experiência comum. **In Cadernos de Crítica Feminista**. Ano I, N.0-dez. 2007.

GOFFMAM, Erving. **Estigma.** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

HARTMANN, Heidi **The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**: Towards a More progressive Union, *Capital and Class*, Nº 8, 1979.

MESQUITA, Marylucia; RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social**. In: Revista Presença Ética**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Ano I, nº 1, Recife: Unipress, 2001.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? **In: A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

_____, Adriana. Gênero no mercado do sexo. São Paulo In**: Cadernos Pagu**: Unicamp, 2005.

_____, Adriana. Prostituição e Trabalho**: In Transformando as Relações Trabalho e Cidadania**: Produção, Reprodução e Sexualidade. São Paulo, 2007.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar.** A utopia da cidade disciplinar-Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1985.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história.** Tradução. Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos,1998.

SAFIOTTI, Heleieth. **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS, Brasília: UNICEF, 1994.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SILVA, Marlise Vinagre. **Violência contra a mulher:** quem mete a colher*?*. São Paulo: Cortez, 1992.

TELES, Maria Amélia de MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos nº 314).

SWAIN, Tânia Navarro. **Dossiê as múltiplas faces da violência**, banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. Montes Claros, v.6, n.2 , 2004.